

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT10: Biografia e Sociedade

**Efeitos e narrativas: Interferência das políticas de distribuição de renda nos papéis sociais das mulheres trabalhadoras**

Ana Carolina Radd Lima

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

## Resumo

O trabalho proposto parte da problemática da divisão sexual do trabalho e da transversalidade no campo da desigualdade social fazendo um recorte de gênero. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com observação direta e entrevistas semiestruturadas aplicadas a mulheres trabalhadoras beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras do Vidigal no RJ. Considerando o caráter "*maternalista*" dos programas sociais brasileiros, assinalado por Sorj et al(2007) e o fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelas atividades domésticas, se por um lado os programas de distribuição de renda contribuem para o fortalecimento da autonomia das mulheres, por outro as condicionalidades podem reforçar as atribuições femininas que fortalecem a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho. Entendemos que as narrativas e trajetórias de vida nos dá suporte necessário na área da pesquisa voltada para as questões de gênero como afirmado por Santos et al (2014) nos permitindo compreender as limitações e possibilidades de mulheres perante estruturas sociais desiguais. Dessa forma, a partir das trajetórias e histórias de vida narradas pelas mulheres buscamos refletir se a renda extra adquirida com o programa permite a ampliação dos níveis da participação destas mulheres no mercado de trabalho, como ocorre a divisão sexual do trabalho nessas famílias e quais os efeitos das condicionalidades de programas como o Bolsa Família na vida dessas mulheres.

## Introdução

O trabalho a ser apresentado é um desdobramento da pesquisa desenvolvida na Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, que se iniciou durante meu mestrado em Sociologia. Na ocasião busquei refletir o problema da desigualdade social e pobreza urbana na cidade do Rio de Janeiro sob uma perspectiva de gênero; pensando sobre as interferências de políticas de transferência de renda na autonomia feminina.

Neste momento, tenho a intenção de desenvolver a segunda questão apresentada anteriormente, que surgem a partir da pergunta: como as beneficiárias percebem o Programa e os efeitos das condicionalidades em suas vidas? Estou utilizando como base para reflexão a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais atribuídos tradicionalmente aos membros da família.

A reflexão se conduziu a partir das narrativas construídas pelas próprias beneficiárias no momento das entrevistas. Por meio das vozes das mulheres beneficiárias busquei refletir como essas mulheres se percebem e qual papel é atribuído a cada membro na família. Como a renda adquirida através do programa Bolsa Família pode estar interferindo nessa divisão de papéis.

Após dez anos de implementação do Programa Bolsa Família (PBF) é notória a vasta bibliografia produzida sobre o tema, constituída de estudos avaliativos, compondo assim um rico debate acadêmico e público sobre esta política social em curso no Brasil. Sabe-se então, que as políticas de transferência de renda interferem diretamente na vida das mulheres, uma vez que elas são as principais responsáveis pelo sustento e manutenção das famílias.

Esta pesquisa tratou-se de um estudo, fundamentalmente, de natureza qualitativa, no qual foi realizado um trabalho de campo com observação direta e entrevistas com questionários semiestruturados. Não houve a intenção de apresentar uma amostragem representativa das beneficiárias. Com o material recolhido pretendeu-se narrar histórias de vidas dessas mulheres procurando dar voz às entrevistadas. Essa opção metodológica está ancorada no fato de os relatos orais biográficos serem utilizados na sociologia, abordando, entre outros, a tradição pioneira da história oral e tendências mais recentes associadas ao que se convencionou chamar de virada narrativa, assim como o que podemos chamar de 'virada do sujeito'.<sup>1</sup>

Na década de 1950, crescia os estudos sobre população marginalizada<sup>2</sup>; esse interesse de pesquisa sobre grupos desfavorecidos vinha muitas vezes acompanhado pela metodologia de história de vida. Considerava-se que este uso de biografias estava muito mais interessado em dar voz a representantes destes grupos, mantendo ainda a análise centrada na reprodução de seus discursos.

Através dos estudos de história oral é possível uma compreensão mais aprofundada sobre determinado fato do que em entrevistas temáticas<sup>3</sup>. A partir da década de 1980, quando as histórias de vida de mulheres passaram a receber mais atenção no meio acadêmico, Daphne Patai, conduziu diversas entrevistas com mulheres de diferentes grupos sociais e culturais no Nordeste brasileiro e no Rio de Janeiro, com declarado intuito de “dar voz” às mulheres<sup>4</sup>.

Meihy (2000) aponta esse estudo como precursor da modalidade de história oral que viria a se tornar mais popular no Brasil: a história de vida. Essa seria

---

<sup>1</sup> SANTOS, OLIVEIRA, SUSIN, 2014.

<sup>2</sup> Florestan Fernandes, Roger Bastide

<sup>3</sup> Ver Camargo, 1987, p. 9.

<sup>4</sup> PATAI, 1985 *apud* SANTOS, *et al* 2014.

marcada pela recriação da história de vida a partir do relato oral do entrevistado, mas com alterações feitas pelo pesquisador para adequar tal relato à língua escrita.

Segundo Santos, *et al* (2014) “*Na área da pesquisa voltada para as questões de gênero, o conceito de trajetória tem sido amplamente usado para compreender as limitações e possibilidades de mulheres perante estruturas sociais desiguais*”.

Entre pesquisadores brasileiros que utilizam história de vida é destacada a influência de Daniel Bertaux, sendo considerado um dos autores que já exercia alguma influência na produção acadêmica com uso de relatos orais, cujos interesses estavam voltados sobretudo para as estruturas sociais. O que significava que a entrevista estava focada em obter elementos do entrevistado que pudessem contribuir com os esforços de delinear um padrão estrutural na configuração de relações em um processo de produção específico.

Sendo assim, a pesquisa utilizou instrumentos técnicos que permitiram obter informações qualitativas como questionários e as entrevistas semiestruturadas. A partir desse procedimento foi possível traçar o perfil das beneficiárias entrevistadas moradoras do Vidigal, a fim de que sejam analisados os papéis sociais dessas mulheres na família e na sociedade e, quais os efeitos das condicionalidades do programa em suas vidas.

A escolha do Vidigal se deu em função de sua territorialidade especial. Situado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, esta favela vem se tornando um ponto turístico da cidade, com uma elevação significativa do custo de vida, embora seja um espaço identificado com fortes vulnerabilidades sociais. Procurei, então, observar como as mulheres beneficiárias, moradoras do Vidigal, percebem as possíveis oportunidades dadas pelo Programa Bolsa Família. E se há alguma interferência deste sobre a vida delas. Através de entrevistas realizadas com oito mulheres procurei avaliar o nível de percepção destas, sobretudo, sobre os efeitos do Programa de forma concreta em suas práticas sociais.

Pretendeu-se, então, através do trabalho de observação realizado pela pesquisadora juntamente com a narrativa das mulheres entrevistadas observar a composição social e condições materiais de vida da família; o funcionamento familiar - onde busquei identificar divisão dos papéis sociais dentro do domicílio, identificação e atuação do responsável pela família, descrevendo as funções dos membros, do modo de vida, da função de cada membro e a dinâmica familiar e os projetos futuros.

Assim, minha intenção foi de analisar a influência desse tipo de Política Pública de distribuição de renda nos casos observados uma vez que ele pode expressar a hipótese central desse estudo: fortalecimento da autonomia e liberdade feminina na transformação da mulher como protagonista econômica da família.

Se por um lado o programa pode estar contribuindo para um fortalecimento da autonomia individual dessas mulheres, por outro lado as condicionalidades podem estar reforçando as atribuições femininas tradicionais vinculadas aos cuidados e acentuando a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.

Entretanto, entendemos que o fortalecimento da autonomia individual das mulheres pode interferir não só na estrutura e organização do ambiente familiar, como também na ampliação dos níveis de participação delas no mercado de trabalho.

## **2. Família, Gênero e Pobreza**

Este estudo será norteado pelos seguintes eixos analíticos: sociologia da pobreza, através da qual está ancorada a definição pobreza urbana e sociologia da família, utilizando do recorte de gênero para analisar os papéis sociais de seus membros; relação gênero e trabalho, e as políticas sociais e suas diferentes formas de superação de pobreza.

Inicialmente, buscaremos apresentar alguns conceitos de pobreza importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista as diversas definições no rol das Ciências Sociais. Para o Banco Mundial a pobreza é definida como a impossibilidade de alcançar um nível de vida mínimo. A CEPAL<sup>5</sup> tem destacado o caráter multidimensional da pobreza e sua associação com situação de infraconsumo, desnutrição, precárias condições de vida, baixos níveis educacionais, más condições sanitárias, inserção laboral instável, baixa integração social, entre outras. Nestas duas concepções o que está expresso é o caráter complexo e multidimensional da pobreza em suas diversas manifestações na ordem material e *espiritual*, resultando de múltiplas causas e aspectos da realidade que determinam o fenômeno.

---

<sup>5</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Para Armatya Sen, existe um número irreduzível de pobreza absoluta expressa em situações extremas de privação social, fome, desnutrição e penúria. Para o autor, esses fatores, relacionados à pobreza, são formas de restrição de liberdade que *“a despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas<sup>6</sup>”*.

Segundo o autor essa ausência de liberdade pode estar vinculada diretamente com a pobreza econômica, com a carência de serviços públicos e assistência social ou ainda com a negação de direitos políticos e civis. Nesse sentido, Sen apresenta uma reflexão em torno do enfoque das capacidades, o que entendemos ser de grande importância para esta pesquisa tendo em vista a sua relação com o conceito de autonomia.

Estes conceitos têm se revelado de grande utilidade para se entender a relação entre família e pobreza. Em resumo, como observa Argüelles, a relação entre família e pobreza coloca uma questão teórica e metodológica fundamental: a relação entre indivíduo e sociedade, entre o nível microsocial e o nível macrosocial<sup>7</sup>. Para a autora o estudo da pobreza tem que ser desenvolvido não só nas explicações macrosociais, mas também em suas manifestações microsociais, ou seja, nas manifestações do próprio grupo familiar, dos indivíduos que não se esgotam no funcionamento macrosocial. Os aspectos relativos para as formas de interação da unidade familiar são relevantes na análise microsociais e expressam a complexidade da relação família e pobreza.

A partir do século XX, fica evidente a preocupação do Estado com o processo de feminização da pobreza<sup>8</sup> e desigualdade de gênero. Ao se falar em pobreza no Brasil há necessariamente que se falar em desigualdade de gênero<sup>9</sup>, uma vez que a maioria das famílias pobres possui a mulher como pessoa de referência. *“O não tratamento das questões de gênero nos estudos sobre pobreza impede a observação das relações sociais que explicam a real dimensão e dinâmica da*

---

<sup>6</sup> SEN, 2010, p. 18.

<sup>7</sup> ARGÜELLES, 2010, p.66.

<sup>8</sup> Em geral, as mulheres assumem a posição de responsáveis pela família em situações menos favoráveis, ou seja, de um modo geral, quando os homens estão impossibilitados de assumir, seja por abandono, doença, alcoolismo ou desemprego. As mulheres em geral assumem a família em condição de mais precariedade social e econômica

<sup>9</sup> SABÓIA e SOARES, 2004.

*pobreza*". De acordo com Queiroz (1968), as famílias *matrifocais*<sup>10</sup> são características das classes sociais mais baixas do meio rural. Segundo a hipótese apresentada por Queiroz, quanto mais a população das favelas tem dificuldade de se integrar no meio urbano mais essa característica se repete.

Segundo Araújo e Scalon (2005), com o declínio da família tradicional, enfraquecimento da hierarquia patriarcal e o surgimento de formas mais horizontais ou simétricas de interação associados à redução do tamanho, alteração dos arranjos e padrões de conjugalidades, o papel da mulher dentro da família ganha uma nova forma. A mulher, de responsável pelo cuidado e organização familiar, passa à função de responsável também pela manutenção econômica da família.

Entretanto, diferente do caso masculino, onde o trabalho produtivo é naturalizado e a satisfação pessoal se dá pelo trabalho externo, a satisfação pessoal feminina está condicionada também às condições internas na família. O trabalho pago das mulheres está condicionado à domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior as suas vidas. Embora a figura da mulher "cuidadora" vem se dissipando como fato, permanece no imaginário social. Assim, a mulher se vê obrigada a dupla jornada, tendo que conciliar o trabalho externo, valorizado e pago, com o trabalho doméstico. O domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e simbólica da vida cotidiana, e são as mulheres quem ocupam o lugar de responsáveis por essa produção.

A escolha de trabalhar, ou não, significa dentro do contexto socioeconômico, poder oferecer a si, ou a familiares condições materiais de sobrevivência. Dessa forma, com essa divisão sexual do trabalho percebe-se que enquanto o trabalho masculino é encarado como realização, um homem bem-sucedido no trabalho é bem-sucedido na vida, no caso feminino o trabalho ocorre muitas vezes, como imperativo, como necessidade econômica, pois a satisfação pessoal feminina depende, sobretudo, de uma família bem organizada, no qual ela é a responsável.

Segundo Araújo e Scalon (2005) a autonomia feminina conquistada através do trabalho tem um sentido duplo. Se por um lado proporciona uma maior independência com relação ao parceiro/figura masculina, inclusão como consumidora e poder de decisão, gera também uma sobrecarga emocional em

---

<sup>10</sup> Famílias que possui a mãe como ponto de referência. O que significa que é ela quem fica com os filhos a cada dissolução da união.

função do acúmulo de trabalho e de responsabilidade, ou seja, exigência produtiva do mercado de trabalho e da vida doméstica.

De acordo com Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2013), independente da classe social o mundo doméstico das mulheres é voltado para a valoração das virtudes e valores ligados à vida privada, o que resulta na reprodução de sujeitos masculinos modelados para a dominação e para o servilismo no caso feminino. Há que se observar, portanto, que o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres, implica no que Fraser<sup>11</sup> chamou de o reconhecimento das duplas injustiças que as atingem. Esta reparação, no entanto, deverá ser feita por meio de políticas públicas específicas que devam ser formuladas com intuito de combater estereótipos: preconceitos, violências e exclusão social.

Nesse sentido, a experiência da mulher na vida pública, segundo Rego e Pinzani (2007), “*carrega na grande maioria das vezes a dificuldade de utilizar as suas capacidades humanas e argumentativas e persuasivas*” em consequência das formas de dominação e exploração a que estão submetidas. Isso pode se justificar pelo caráter político da instituição familiar, no sentido de atribuir papéis sociais e funções de seus componentes legitimados pela tradição e pelos costumes. Observam os autores como primeiro passo para se libertar dessa dominação e adquirir um autogoverno a independência financeira.

Através desta pesquisa busquei, então, perceber se a partir do recebimento do benefício financeiro, as mulheres adquirem uma autonomia econômica que segundo os autores supracitados poderiam conduzi-las à *autonomia moral*, fazendo com que se percebam como verdadeiras “chefes” da família. Ou seja, se essa autonomia era reconhecida e aparecia em suas narrativas.

Por outro lado, Bila Sorj e Adriana Fontes (2007) argumentam que embora os programas sociais tendam a priorizar as mulheres como beneficiárias, reforçam o caráter “*maternalistas*” das políticas de combate à pobreza. Segundo as autoras, as políticas sociais vão no sentido contrário ao momento de orientação das mulheres para a entrada no mercado de trabalho. Ou seja, apesar do protagonismo feminino<sup>12</sup> do programa contribuir para o que Rêgo e Pinzani (2007) chamaram de autonomia moral, de acordo com Sorj e Fontes (2007), “*não há dados relevantes acerca de seu*

---

<sup>11</sup> FRASER, 2007

<sup>12</sup> Justificado pelas evidências concluídas por estudos, que indicam a preferência das mulheres em investir os recursos da família no bem-estar dos filhos, ao passo que os homens tendem a reservar parte destes recursos a benefício de si próprios.

*impacto sobre o nexa entre família e mercado de trabalho, particularmente para as mães*". Partindo desta afirmação queremos analisar se o programa encoraja a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho, e qual o nível da qualidade desta participação nas diferentes regiões pesquisadas.

Sorj e Fontes (2007) chamam a atenção para as condicionalidades do Programa que reforçam as obrigações femininas no cuidado da família, da casa e dos filhos não contribuindo com a divisão social do trabalho. Esses argumentos nos fazem refletir a probabilidade de que embora o Programa seja eficiente no alívio imediato da pobreza, ele pode estar favorecendo a divisão sexual do trabalho.

No entanto, o reforço das atividades domésticas pode estar contribuindo somente na conquista de autonomia feminina dentro da família, incrementando o seu poder de compra e consumo. Esta mudança do papel feminino domiciliar pode possibilitar uma maior independência feminina, destacando uma alteração na percepção das beneficiárias sobre si mesma como cidadãs.

Seguindo essas duas hipóteses conflitantes, Peixoto (2010) afirma que sendo as mulheres as principais representantes legais para o recebimento do benefício, pode tanto fortalecer a autonomia financeira das mesmas como reforçar o lugar tradicional das mulheres na divisão sexual do trabalho doméstico.

É possível que o programa cumpra uma função subjetiva e a partir da renda mensal haja uma mínima organização das famílias que deles dependem, e mesmo o valor sendo pouco e não permitindo que elas saiam efetivamente da condição de pobreza, permite o direito de escolha. É o que afirma Rego e Pinzani (2013) sobre "*a existência ou mera possibilidade de as mulheres entrevistadas exercerem alguma soberania sobre a própria vida e tomarem decisões que lhe dizem respeito*".

Nos anos 2000, ao lançar as Metas do Milênio<sup>13</sup> a ONU reconheceu que a superação da desigualdade de gênero é fundamental para o alcance dos outros objetivos para o desenvolvimento. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2008, as políticas de transferência de renda podem contribuir para o alcance de tais metas,

---

<sup>13</sup>Objetivos lançados pelo PNUD, que conta com oito objetivos: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna ; 6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças ; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental ; 8) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Fonte: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>

como uma estratégia contra a pobreza, a desigualdade social e de gênero, a baixa qualificação e a falta de profissionalização, atendendo ao processo denominado de empoderamento, a partir do desenvolvimento de capacidades (SEN 2001) e do impulso para o desenvolvimento (ALSOP, 225)<sup>14</sup>.

Nesse sentido, Políticas Públicas de transferência de renda com condicionalidades, como o Bolsa Família, podem contribuir tanto no alívio imediato da pobreza como na redução das desigualdades de gênero, tendo em vista o protagonismo feminino nesses programas. Para que o segundo ocorra, Novellino (2004) afirma ser necessário que as políticas públicas busquem promover a criação de oportunidades integrando-as nas atividades produtivas das mulheres.

### **3. Caracterização social das mulheres observadas e suas famílias.**

Neste momento interessa-me fazer um estudo descritivo das famílias que tive acesso através das conversas com as mulheres, beneficiárias do Programa Bolsa Família, no Morro do Vidigal. Conversei com oito mulheres<sup>15</sup>. Todas as entrevistas foram realizadas em suas respectivas casas. Em algumas havia a presença do marido ou de algum outro membro da família. Busquei não limitar as interações, pois poderiam ser úteis e contribuir com as informações pretendidas. A duração das conversas foi em torno de quarenta minutos a uma hora. O fato de serem conversas mais longas me limitou o número de entrevistadas.

Entre as entrevistadas, uma não estava recebendo o benefício do programa há cerca de oito meses, alegou ter tido o programa suspenso não sabendo dizer o motivo. Outra assumiu não precisar mais do benefício. Todas as entrevistadas em algum momento demonstraram mau entendimento sobre o programa ou suas regras.

Alguns aspectos comuns foram identificados entre as mulheres entrevistadas: todas estão em idade adulta, encontrando-se na faixa etária entre 34 a 56 anos. Todas têm filhos, sendo que uma delas têm netos que moram com ela. Todas são de ascendência nordestina. Todas demonstraram certa dificuldade de identificar o seu grupo étnico, a maioria se identificou como morenas.

---

<sup>14</sup> MOREIRA, 2010

<sup>15</sup> Para preservação do anonimato das mulheres entrevistadas utilizaremos nomes de flores em substituição ao nome de cada uma.

Com relação ao modelo familiar, ressalta-se que seis pertencem a famílias nucleares e duas pertencem a famílias monoparentais, em que elas são as chefes do grupo. Uma das famílias mora em domicílio com a presença de mais de um núcleo familiar. Quanto ao recebimento do Programa Bolsa Famílias, seis mulheres são beneficiárias do Programa, uma está com o benefício suspenso e outra o benefício está no nome do marido, situação que será explicada mais adiante.

Meu objetivo foi o de analisar não só as mudanças individuais, mas também se houve maior protagonismo feminino na comunidade e na família a partir do recebimento do benefício.

#### **a. Composição Social e Condições Materiais de vida: Apresentação das entrevistas**

A composição social será entendida como a descrição de dados concretos sobre a família, tais como, número de membros, tamanho, caracterização daquelas que atuam como responsável, suas relações de parentesco, caracterização por sexo.

Diferentemente da afirmação reproduzida pelo senso comum de que as famílias pobres têm muitos filhos e as mulheres reproduzem mais para receber benefícios do governo dentre as oito famílias entrevistadas apenas uma tem cinco filhos, sendo esta uma das mulheres que afirmaram não possuir a presença no marido. As outras sete famílias podem ser consideradas médias quanto a sua extensão.

Margarida mora com o marido, que não está trabalhando, e os três filhos que estão estudando. O benefício vem em nome do marido. No período do cadastramento ela estava viajando para a Paraíba, para visitar a família.

Violeta e o marido, bastante articulado dentro da favela, levam uma vida simples com os três filhos. Mal concluíram o primeiro grau e trabalham informalmente. Ela é diarista e ele faz “bicos” de garçom, alguns trabalhos de filmagens e promove eventos no Vidigal. Mas estão felizes com a bolsa de estudos que os filhos conseguiram em uma escola particular nas proximidades da favela.

Azaleia foi a situação mais precária que encontrei. O marido que era marinheiro está doente e impossibilitado de trabalhar. Não recebe nenhuma pensão. Ela alega estar com o benefício suspenso, mas não sabe explicar o motivo.

Trabalhava em uma escola, mas precisou sair para cuidar do marido. Mora de aluguel e não recebe nenhum benefício. A renda do programa era sua principal fonte de manutenção desde que o marido ficou doente. Com os 360,00 reais que recebia por mês foi possível comprar sua geladeira e colchão. Gostaria de voltar a estudar um dia. Quando questionada sobre como conseguirá manter a família respondeu *“vou voltar a trabalhar como camelô lá no centro, já fiz isso uma vez, vou ter que voltar”*.

Gardênia mora em uma casa de um quarto com o marido, os 4 filhos e a mãe. Os dois trabalham com carteira assinada. Ele é vendedor náutico, dá cursos de barco a vela e faz manutenção em barcos para ajudar na renda. Ela começou a receber o programa Bolsa Família quando estava desempregada. Hoje, trabalha em uma creche, diz que estão mais estabilizados e o programa não é mais tão relevante, usam apenas para comprar coisas extras para os filhos. Querem acabar a construção da casa, mas no momento preferem investir a renda extra do benefício na qualidade de vida dos filhos. Segundo Gardênia, a família possui atualmente uma condição de vida estável, embora também seja responsável pelo sustento da mãe idosa, que não recebe nenhuma pensão e mora com ela e o marido. Segundo ela, agora é possível dar uma condição de vida melhor para as filhas e o filho que estão estudando. *“Agora a gente é chique, tem até ar condicionado aqui. Todas as férias a gente pode sair para viajar”* afirma.

Hortência tem como dependentes os netos. Em sua narrativa afirma ter sido *“abandonada pelo marido”* e ter se tornado responsável *“sozinha”* pela criação dos sete netos e uma neta. Os dois mais velhos, de 18 anos trabalham e ajudam na casa, mas só um tem a carteira assinada, três pararam os estudos na 8ª série. Saiu ainda pequena do Maranhão para Brasília e há 30 anos mora no Vidigal. Não concluiu os estudos e hoje depende do trabalho informal para sobreviver, trabalha como faxineira e para aumentar a renda da casa faz *“bicos”* na praia. Segundo Hortência o benefício é uma pequena ajuda, mas a renda não dá para muitas coisas, nem para fazer planos. Ela o utiliza na compra de mantimentos. Mas afirma que o fato do programa está no nome da mulher é muito bom, pois é ela quem cuida da casa, se estivesse no nome do marido ele gastaria tudo na rua. Essa narrativa foi a única onde foi possível identificar, nas entrevistas realizadas, a importância da mulher ser a responsável pelo recebimento do benefício. *“Se o dinheiro fosse dado pra ele, eu nem ia vê, 'home' gasta tudo na rua com as outras 'mulé”* afirmou.

Lis mora sozinha com seus 5 filhos, é a única responsável economicamente pela família, todos estudam, o mais velho, de 18 anos, ainda não trabalha. Não concluiu o ensino fundamental, trabalha de auxiliar de serviços numa mercearia enquanto guarda dinheiro para montar uma barraca de caldo de cana na praia. Utiliza a renda do benefício para alimentação. Quando perguntei sobre o seu entendimento sobre o programa disse *“É uma ajuda mas é um direito também, aqui tem muita gente que precisa menos que eu e recebe”*. Afirma ainda que gostaria de poder comprar outra casa; tendo em vista que sua casa, mesmo com dois quartos, é insuficiente para criar os cinco filhos.

Jasmim mora com o marido e o filho de 4 anos na casa dos pais. Paraibanos, que chegaram pequenos no Rio de Janeiro e construíram a casa de 3 quartos no Vidigal. Além da família de Jasmim, mora também no mesmo domicílio um irmão que está desempregado. A mãe é do lar, Jasmim e o marido trabalham como vendedores e o pai é aposentado. Os três dividem as despesas da casa. Utilizam o dinheiro do benefício com o filho de 4 anos, que conseguiu uma vaga com bolsa de estudos para o próximo semestre numa escola particular no Vidigal. No momento tem como prioridade terminar a obra do “puxadinho” da casa dos pais que irá morar com o marido e a educação do filho. Mas carrega o sonho de fazer um curso superior. *“Eu gostaria de voltar a estudar para conseguir um emprego melhor, mas tô feliz que meu filho conseguiu bolsa de estudo e está em uma escola boa, a nossa prioridade agora é ele”* concluiu.

A vida de Rosa também não é muito fácil, mora com os quatro filhos e o marido, que era pedreiro, hoje está desempregado e se encontra doente. Ela cuida de crianças da vizinhança em sua própria casa e recebe a ajuda de seu marido neste trabalho, enquanto ele aguarda por uma cirurgia. Utiliza o benefício basicamente para alimentação. A filha mais velha de 21 anos está fazendo um curso de capacitação oferecido para membros das famílias beneficiárias.

#### **b. Funcionamento familiar:**

Aqui analisamos como as famílias se organizam, descrevendo as funções dos membros familiares, do modo de vida e a dinâmica familiar. Dentre as oito entrevistadas seis se encontram na condição de responsável econômica pela família. Os maridos estão em situação de doença, desempregados ou estão no trabalho informal. São elas, portanto, quem sustentam a família, cuidam dos filhos e

das tarefas domésticas e ainda desempenham alguma outra atividade econômica. O benefício que varia entre setenta e poucos reais a quatrocentos e cinquenta tem uma função complementar no sustento das famílias.

Apenas uma mulher, Azaléia, que se encontra em situação de maior vulnerabilidade, com três filhos dependentes e o marido com problema grave de saúde, disse que tinha como principal fonte de renda o Bolsa Família. Esta precisou sair do emprego para cuidar do marido doente e das filhas pequenas, como já foi citado, e perdeu o benefício há cerca de oito meses.

É importante ressaltar que nos casos com presença do marido, quando este não se encontra desempenhando nenhum papel relevante economicamente no sustento do grupo, ele é indicado como o *“chefe da família”*. No entanto, na família que o benefício está no nome do marido, que estava em situação de desemprego, quando perguntei quem é responsável pelo sustento do grupo, o beneficiário, esposo da Margarida, respondeu: *“O cartão está no meu nome só porque ela estava viajando e eu fiz o cadastro, é ela quem decide o que fazer com o dinheiro e o que precisa comprar para a casa, quem manda aqui é ela”*.

Margarida, que é empregada doméstica em um bairro vizinho, de classe média alta no Rio de Janeiro, completou, *“Parei de estudar porque precisei para cuidar dos filhos pequenos, mas quero voltar, se ele (o marido) não arrumar um emprego logo eu coloco ele para fora”*. Perguntei então sobre a responsabilidade dos afazeres domésticos, cuidado com os filhos e filhas e cumprimento das condicionalidades, obtive como resposta que é ela a responsável. Questionando a participação dele, a resposta foi *“ele ajuda como pode”*. Resposta que se repetia nas outras entrevistas.

Nesse sentido, as mulheres têm dentro do espaço doméstico duas responsabilidades. Um que é gerir os recursos do Programa destinados ao consumo de alimentos, vestimentas e materiais escolares para seus filhos e filhas e outra a realização de suas tarefas tradicionais, o cuidado com os filhos e as filhas e a casa. Assim, o cumprimento das condicionalidades para as mulheres passa a ser percebido como uma obrigação feminina e não só uma condicionalidade.

### **c. Projetos familiares**

Procurei ainda saber se as mulheres expressam aspirações e projetos futuros em relação a melhoria da situação econômica, das condições de educação dos

filhos, melhorias da casa e das condições de vida material. Quando perguntei sobre os projetos familiares futuros, são duas as respostas que apareceram com maior frequência, a primeira, *“acabar a construção da casa”*, que em geral só possuem um dormitório e a segunda é *“dar uma condição de vida melhor para os filhos”*.

Duas entrevistadas disseram não ter projeto nenhum. Uma está na situação de suspensão do benefício e desempregada, o que pode ter contribuído para a falta de perspectiva apresentada em sua resposta *“Antes era uma ajuda, dava para gente se organizar e fazer planos, agora... desempregada e sem receber dinheiro nenhum, a gente tem que pensar só no que vai comer”*.

A outra beneficiária que alegou não ter projetos, disse que o dinheiro é apenas uma ajuda, e que recebe um valor muito baixo o que a impossibilita de fazer planos futuros, pois gasta o dinheiro todo comprando mantimentos. Em contrapartida, a Lis, como está trabalhando formalmente alegou economizar uma parte do benefício para montar na praia uma barraca de caldo de cana. No entanto, todas as entrevistadas, mesmo as que disseram que recebem muito pouco, afirmaram que o benefício é uma ajuda.

Quando questionadas sobre os projetos pessoais e futuros apenas duas disseram espontaneamente querer voltar a estudar e se profissionalizar para conseguir um emprego melhor. No entanto, havendo direcionamento da pergunta, com relação as pretensões dos estudos, apenas uma disse não querer voltar a estudar, mas gostaria de ter estudado mais. As outras quatro mulheres disseram que gostariam de voltar a estudar se tivesse a oportunidade. A justificativa apresentada quando questionamos quais os impedimentos de conclusão dos estudos, foi o cuidado com a casa, com os filhos e as filhas e o trabalho para sustento da família.

A preocupação com o cuidado e bem-estar dos filhos e das filhas para que estes possam sair das condições de vulnerabilidade social e rompam com o ciclo da pobreza foi unânime entre as entrevistadas. Duas famílias disseram demonstrando grande satisfação, ter tido a possibilidade de matricular as crianças em uma escola particular, conceituada, situada nas proximidades da favela, com bolsa de estudos.

### **Conclusão: Os resultados da pesquisa**

Estudos têm demonstrado que no Brasil há uma grande importância do PBF na erradicação da pobreza. Apresentei como hipótese a afirmação utilizada por

Rego e Pinzani (2013) de que o Programa Bolsa Família está além da sustentação das necessidades imediatas, ele fornece base material para que os indivíduos desenvolvam uma maior autonomia. Interessou-me entender em que ritmo de mudança se encontram as famílias observadas, se estão aproveitando as oportunidades abertas pelo Programa Bolsa Família e com isso em fase de crescimento social e individual ou se permanecem no processo de estagnação e pobreza.

Entretanto, ao analisar empiricamente um grupo de mulheres beneficiárias, moradoras do Vidigal, para verificar se houve o desencadeamento de um processo de libertação feminina da situação de dependência doméstica dentre as entrevistadas, do ponto de vista delas não foi identificada nenhuma mudança significativa. Por meio das respostas dadas elas demonstram não perceberem transformação nas suas posições dentro das famílias. Não há esta percepção clara nas entrevistadas desse novo papel social. Há a consciência de que são elas que de fato gestam a família, mas, não assumem o papel simbólico de “chefes” na família. Sabem da significativa importância de suas atividades, da importância do benefício, mas mesmo assim não ocupam o papel simbólico de condutoras do grupo. Quando os maridos estão presentes na configuração familiar é sempre atribuído a eles o papel de “chefe”

A confusão do papel simbólico é expressa na fala delas em identificar que não há diferença se o benefício for entregue a elas ou aos maridos. Apenas uma mulher, que disse ter sido abandonada pelo marido, afirmou que se ele recebesse o programa não gastaria com as necessidades da família. E completou “*é a mulher quem cuida da casa, os homens vão para rua*”.

Contudo, quando a pergunta é sobre as responsabilidades e poder de decisão interna sobre o que fazer com o dinheiro do benefício, fica evidente que a escolha é delas. São as mulheres quem detém a autonomia da renda do programa e do direcionamento dos gastos, embora não haja uma conscientização sobre esse ato. A figura masculina ainda é muito forte e mesmo que elas sejam as responsáveis pelo sustento da família, a compreensão da representação de chefia familiar é atribuída ao homem. Elas se percebem como responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e filhas, sendo as condicionalidades entendidas, por elas, como obrigação natural da mulher.

Neste sentido há um fortalecimento da mulher no trabalho doméstico

observado nas afirmações de Sorj e Fontes: *“recompensar as famílias tendo como contrapartida a especialização funcional das mulheres na dedicação ao cuidado dos filhos, reforça a divisão do sexual do trabalho”* (Sorj e Fontes, 2010).

No caso das entrevistadas, pode-se afirmar, que o benefício não as afasta do mercado de trabalho formal. Havendo a possibilidade da entrada delas nas atividades remuneradas e com carteira assinada, o que vai acontecer é atuação da tradicional dupla jornada de trabalho: a executada dentro de casa e as executadas fora de casa.

Entre as beneficiárias entrevistadas verificamos ainda que a renda do PBF funciona como uma renda complementar, o que não permite que saiam do mercado de trabalho. No entanto, os trabalhos realizados, são aqueles tradicionalmente atribuídos como trabalhos típicos femininos, precarizados e muitas vezes informal, muito em função da baixa qualificação. A maioria das mulheres entrevistadas não concluíram o segundo grau. Não adquiriram uma profissão para entrar na competição no mercado qualificado. Elas representam trabalhadoras precarizadas, que vivem em situações de vulnerabilidade social e desempenham tarefas remuneradas geralmente no setor informal ou de trabalhos como faxineira, empregadas domésticas e cuidadoras.

Essas mulheres carregam ainda o estigma de pobres e dependentes de políticas sociais, além da marca depreciativa de serem moradores de Favela, mesmo sendo estas, moradores do Vidigal, que já é um espaço um pouco melhor avaliado. Segundo Kerstneztky e Souza (2007), mesmo sendo possível superar o nível da pobreza das beneficiárias, com o programa, no quesito renda, continuam sendo identificadas como pobres, aos juízos ordinários feitos pela população.

Contundo, vale assinalar a elevação que a produtividade possibilitada pelo benefício do Programa Bolsa Família repercute na sociedade. Através da renda e das políticas transversais que estão vinculadas ao programa, como as políticas educacionais e de trabalho e renda é possível a criação de habilidades e capacitações para os trabalhadores e as trabalhadoras aumentarem a chance de inclusão no processo produtivo.

Este fato foi percebido principalmente com relação aos filhos e filhas das entrevistadas, alguns deles fazendo cursos profissionalizantes e buscando melhores capacitações para entrada no mercado de trabalho. Há uma tentativa de rompimento com o ciclo geracional da pobreza. Segundo Lobato, as políticas de transferências

de renda, com o investimento em política salarial associada à expansão do crescimento para pessoas de baixa renda e pequenas e médias empresas, elevaram o dinamismo do mercado de trabalho e o crescimento do emprego formal no país (2014, p. 37).

Seguindo o pensamento de diversos autores como Kerstenetzky (2003), Lavinias (2006) e Castel (1999) concluímos que as políticas sociais devem caminhar seguindo uma concepção de justiça social, incorporando aos novos desafios um processo novo que possibilite como observa Lavinias (2006, p.254) “*repensar e redesenhar o contrato social*” no país.

### Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. (2000) “A situação da mulher latino-americana”. In: *Mulher e Trabalho: experiências de ações afirmativas*. Org. DELGADO, Didice, CAPPELLIN, Paola e SOAREZ, Vera. São Paulo: Editora Boitempo.

ARGUELLES, M. C. Z. (2010). *Familia y pobreza en Cuba: Estudio de casos*. La Habana, PublicacionesAquario, Centro Félix Varela.

CAMARGO, Aspásia. **O método qualitativo: usos e perspectivas**. *Anais do II Congresso Nacional de Sociologia*. Brasília: UNB, 1987.

CASTEL, Robert. (2005). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. de. Trad. Iraci Poletti. Petropolis: Vozes.

FRASER, N. *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15(2), maio-agosto/2007, p. 291-308

GHON, M. G. (2007) *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. Política e Sociedade; Revista de Sociologia Política, v.6, n. 11, Outubro de 2007 – p. 41 a 70.

IPP, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/>>

HOFFMANN, R. (1998) *Distribuição de renda – Medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

KERSTENETZKY, C. L, SANTOS, Larissa. (2007) *Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro*. Textos para Discussão no 223. Universidade Federal Fluminense/ Faculdade de Economia, Niterói, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/econ/tds.html>> Acesso em março de 2014.

- KAGEYAMA, A. e HOFFMANN, R. (2006) *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Economia e Sociedade, v.15 n.1 (26), p.79-112. jan/jun.
- LAVINAS, Lena. (1998) *Programas de Garantia de Renda Mínima: Perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea. (Texto para discussão, n. 596).
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil*. In: M. M. Ferreira; T. M. Fernandes; V. Alberti (Orgs.). **História oral: desafios para o século 21**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 85-98
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em abril de 2014
- MEDEIROS, M. (1982) *O trabalho autônomo das Crianças no Espaço Público da Rua*. Dissertação Mestrado. IUPERJ.
- NOVELLINO. S. (2004) *Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*. Trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu.
- PEIXOTO, S. (2010) *Os Significados do Programa Bolsa Família Na Vida Das Mulheres: Um estudo na comunidade Morro Da Vitória*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC,.
- QUEIROZ, M. I. P. **Favelas urbanas, favelas rurais**. Carnets de L'Enface, United Nations Children's Fund (UNICEF), Paris, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Relatos orais: do indizível ao dizível*. In: Olga de Moraes Simson (Org.). **Experimentos com história de vida Itália/Brasil**. São Paulo: R. T., 1988. p. 14-43.
- REGO, W. L. (2010) “Política de cidadania no governo Lula. Ações de transferência estatal de renda: o caso do Programa Bolsa Família”. Revista Temas y Debates. ISSN 1666-0714, ano 14, número 20. pp 141-155.
- REGO, W. L. PINZANI, A. (2013) *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, SP: UNESP.
- SABOIA, A. L. SOARES, C. (2004) *O Conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte de sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à distribuição da “feminização da pobreza”* Revista Gênero. V4, N2 p. 53 -71. Niterói.
- SANTOS, H.; OLIVEIRA, P.; SUSIN, P. *Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas*. In: **Civitas**, v. 14, n. 2, Porto Alegre – 2014
- SARTI, C. (2002). *Famílias enredadas*. In: ACOSTA, A. R., VITALE, M. A. F (org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: PUC-SP, CEDEPE, Editora Cortez.

- SEN, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, M. F. (2006) Chefia feminina domiciliar: Indicador de maior pobreza das mulheres?. *Revista Gênero*. v. 6, n. 2, pp.153-178. Niterói.
- SORJ, B. FONTES, A. (2011) *Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: Comparações inter-regionais*. In: Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. Orgs: Nalu Faria e Renata Moreno. São Pulo: SOF..
- SOUZA, J. N. (2003) *Exclusão pela Urbanização Favela: Governo e Conflito na Cidade do Rio de Janeiro*. In: GEOgraphia, v. 5, n. 10, Niterói.
- TELLES, V. S. (1998) No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: CACCIA-BAVA, Silvio (org.). "Programas de Renda Mínima no Brasil". Cadernos Polis. no. 30: 1-24. São Paulo, Pólis.
- VALLADARES, L. P. (2005) *A Invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.